

UMA JANGADA DO TAMANHO DO BRASIL

ANÁLISE DE UM CLÁSSICO DE JÚLIO VERNE

Maristela Scheuer Deves

(PUCRS - Doutoranda)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
Maristela Scheuer Deves é Doutoranda em Letras - Escrita Criativa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO	ABSTRACT
Embora não seja tão conhecido quanto alguns dos outros livros que integram as “Viagens Extraordinárias” do escritor francês Júlio Verne, o livro “A Jangada”, lançado na segunda metade do século XIX, reúne algumas das características-chave das obras do autor: o primado do aspecto geográfico da trama, as descrições detalhadas da paisagem e um certo enciclopedismo, que ocorre em paralelo à aventura. Neste trabalho, é analisado como o livro traça um retrato do Brasil feito por um escritor europeu (que nunca visitou o país) num tempo em que era corrente o gosto por relatos de terras “exóticas”. Observam-se os pontos de contato com a realidade, a ficcionalização, a atenção aos detalhes e alguns poucos equívocos. Para enriquecer a análise, por vezes recorre-se, além da edição em português que é a base do presente trabalho, também a edições em francês (idioma no qual a história foi originalmente escrita) e em inglês; isso permite, por exemplo, analisar com mais propriedade algumas escolhas linguísticas, tanto do autor quanto do editor.	Although it is not as well known as some of the other books that are part of the “Extraordinary Journeys” by the French writer Jules Verne, the book “Eight Hundred Leagues on the Amazon”, released in the second half of the 19 th century, brings some of the key features of the author’s works: the primacy of the geographical aspect of the plot, the detailed descriptions of the scenery and some encyclopedism, which happens parallel to the adventure. In this research, we analyze how the book draws a portrait of Brazil made by a European writer (who has never visited the country) at a time when the taste for reports of “exotic” lands was common. We observe the points of contact with reality, the fictionalization, the attention to the details and some mistakes. In order to make the analysis richer, besides the Portuguese edition, the French (which is the original language of the story) and English one are also used; this allows, for example, analyzing with more propriety some of the author’s and editor’s linguistic choices.

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
A Jangada; Júlio Verne; Ficção x Realidade	The Giant Raft (Eight Hundred Leagues on the Amazon); Jules Verne; Fiction x Reality.

INTRODUÇÃO

A palavra “jangada” sempre evocou, nesta pesquisadora, imagens de pequenas embarcações feitas com troncos amarrados, usadas no Nordeste do Brasil. Uma visão, talvez estereotipada, de uma brasileira do Sul, que só conhecia tal meio de transporte da televisão e de livros de aventura lidos na infância. Leituras essas que, bem entendido, haviam deixado de fora um clássico: *A Jangada*¹, do escritor francês Jules Verne, mais conhecido por aqui como Júlio Verne. Na obra, publicada originalmente em 1881, encontramos uma jangada gigante: feita com “uma floresta inteira” de troncos, ela tem espaço para abrigar uma casa, várias cabanas, uma capela e até mesmo um rebanho de carneiros, além de mais de uma centena de pessoas, entre passageiros e tripulantes. Ela carrega, também, uma visão de Brasil do autor – que nunca chegou a visitar o país, mas se valeu da leitura de textos de viajantes para construir a história, tão rica em detalhes que a tornam viva na mente do leitor.

Antes de entrar na *visão verniana* do país, é preciso recapitular a trama. Nela encontramos João Garral, um brasileiro que, há mais de duas décadas, mora em Iquitos, no Peru, próximo da fronteira, e é dono de uma próspera fazenda herdada do sogro. Com a intenção de levar a filha Minha até Belém, no Pará, onde ela irá se casar, Garral constrói a tal jangada gigante, na qual a família se instala, com todo o conforto, para enfrentar a viagem de quatro meses pelo Rio Amazonas. No meio do caminho, dá “carona” a Torres, um ex-capitão do mato que já havia aparecido nos capítulos iniciais e que, na verdade, quer chantagear o fazendeiro com um segredo do passado.

O livro é dividido em duas partes, cada uma com 20 capítulos: a primeira parte, O segredo terrível², é dedicada à apresentação das personagens e às 400 primeiras léguas da viagem, até Manaus; a segunda, A justificação, é mais focada na intriga em si e na tentativa de desvendar uma carta criptografada que pode inocentar o protagonista (tanto que as 400 léguas restantes ganham apenas um capítulo).

Um ponto curioso é que, mesmo nos capítulos passados em território peruano, as comparações feitas pelo autor sempre dizem respeito ao Brasil. É assim já no começo, quando ele fala sobre a escravidão no país e, após explicar o que são os *capitães do mato*, emenda:

¹ No original, *La Jangada - Huit cents lieues sur l'Amazone*. Em algumas versões em português, recebe o título completo, com subtítulo, ou seja, *A Jangada - Oitocentas léguas pelo Amazonas*, enquanto no inglês, o subtítulo original vira título: *Eight hundred leagues on the Amazon*. Para efeitos de comparação das escolhas linguísticas, com frequência serão citadas neste artigo as versões francesa e inglesa, bem como outras edições brasileiras.

² Curiosamente, no original em francês as duas partes não são nomeadas, apresentam-se apenas como “Première partie” e “Seconde partie”, mesma opção de algumas edições mais recentes em português, as quais utilizam os equivalentes “Primeira parte” e “Segunda parte”. Já no inglês, as duas grandes divisões foram nomeadas como “The giant raft” (A jangada gigante) e “The cryptogram” (O criptograma).

Em 1852 – ano em que se passa esta história – havia ainda escravos no Brasil e, por consequência, capitães do mato para os caçar. Razões de economia política haviam retardado a hora da emancipação geral; mas já o preto tinha o direito de se resgatar e os seus filhos nasciam livres. Estava, pois, bem próximo o dia em que aquele magnífico país, em cujo território caberiam três quartas partes da Europa, deixaria de contar com um único escravo entre os seus dez milhões de habitantes. (VERNE, 1930, p. 4)³

Três parágrafos adiante, entretanto, o narrador esclarece que, no momento em que começa a história, “Torres não estava já no Brasil. Tinha passado recentemente a fronteira e vagueava por aquelas florestas do Peru no meio das quais desliza o Alto Amazonas” (p. 5). Da mesma forma, quando é citado o casamento de João Garral e Yaquita Magalhães na igreja da vila de Iquitos, a explicação diz respeito à realidade brasileira, não à do Peru: “Naquela época, como ainda hoje, no Brasil o ato civil confundia-se com o ato religioso, e bastavam os livros de registro da Missão para provar a regularidade de situações que nenhum oficial do registro civil fora encarregado de estabelecer” (p. 34⁴).

1 FICÇÃO X REALIDADE

Ao longo de todo o livro, transparece essa preocupação de Verne em referenciar a realidade brasileira, tanto em questões geográficas e históricas quanto nas sociais e naturais. Em geral, essas referências são precisas – afinal, o autor sabia beber das boas fontes, como destaca André Siegfried no prefácio da edição brasileira do livro *Vida de Júlio Verne*, de George H. Waltz Jr., ao falar do conjunto das “viagens extraordinárias”:

Notemos, aqui, que se trata de uma obra muito realista em suma, pois que é fundada sobre um conhecimento muito consciencioso da ciência e da técnica da época. Júlio Verne não era um especialista, mas sabia dirigir-se às boas fontes no intuito de documentar-se e a sua vulgarização era, comumente, de bom quilate. (SIEGFRIED, apud WALTZ, 1948, p. 17)

O próprio Verne não esconde a origem de seus conhecimentos sobre o país, pelo contrário, faz questão de ressaltar, no texto ficcional, alguns desses estudiosos que abordaram o Brasil e lhe serviram de base. Assim, cita, pela voz das personagens, o naturalista Auguste de Saint-Hillaire (uma vez), o pintor Aimé Bonpland (uma vez), o

³ A edição utilizada data de 1930 e ainda apresenta grafias antigas como *Brazil, matto, paiz, Manaos, aquella e epocha*; para facilitar a compreensão, optou-se por utilizar, neste artigo, a grafia atualizada.

⁴ Para evitar a repetição excessiva da mesma referência (VERNE, 1930), optou-se por utilizar apenas o número da página nas citações curtas desse livro.

professor e geólogo Jean Louis Agassiz (três vezes), o *pai da geografia* Alexandre von Humboldt (cinco vezes), o explorador e oficial Francisco de Orellana (cinco vezes), o astrônomo Godin des Odonais (13 vezes) e o cientista e explorador Charles Marie de La Condamine (cinco vezes). Este último, aliás, após participar de uma missão para medir o arco dos meridianos e provar que a Terra é redonda, como lembra Verne em *A Jangada*, escreveu também um livro sobre a sua viagem descendo o *Rio das Amazonas*.

Como dito acima, em geral as menções à realidade brasileira são precisas, mas nem sempre. No que se refere à história, há alguns equívocos, por exemplo, de datas. No capítulo V da primeira parte, todo dedicado ao Rio Amazonas e seus afluentes, é citado um importante fato, até hoje lembrado nos compêndios de direito internacional: a abertura da navegação desse rio a navios de todas as bandeiras, ocorrida em 1866; no livro, porém, Verne é taxativo ao afirmar que essa abertura se deu em 31 de julho de 1857, nove anos antes (não que isso seja relevante à trama, que, lembremos, se passa em 1852).

É curioso que, na edição portuguesa-brasileira de 1930 usada como base para o presente artigo, ocorra mais adiante uma tentativa do editor (ou do tradutor, não é possível saber de qual dos dois) em corrigir um erro do autor, no capítulo XII da primeira parte. Após explicar a origem do nome “Brasil” e citar até mesmo a chegada de Pedro Álvares Cabral às novas terras, é abordada a Independência brasileira; no original em francês, nas edições em inglês e mesmo nas edições brasileiras mais recentes, é dito que a proclamação aconteceu em 1824, “pela voz de Dom João”, confundindo a um só tempo data e personagem histórico. Na versão de 1930, isso foi alterado: “Foi em 1822 que o Brasil proclamou definitivamente a sua independência pela voz de D. Pedro, filho de D. João VI de Portugal (p. 111)” – aqui, também se omite a menção ao fato de que Dom João foi expulso do país europeu pelos exércitos franceses, informação que consta no original e nas edições atualizadas. No mesmo capítulo, ele fala que o país é governado pelo “inteligente e artista imperador D. Pedro” (p. 110), sem mencionar que se trata de Dom Pedro II.

Há, ainda, pelo menos um erro de geografia, quando, no capítulo IX, o narrador fala que não há o que temer das tribos nativas às margens do Amazonas, pois “os indígenas da América Central não são maus” (p. 83). A confusão entre América Central e América do Sul, que é onde efetivamente se passa a trama, não chega, no entanto, a prejudicar seriamente a história.

Feitas essas ressalvas, cabe uma pergunta: de onde teria vindo o amor de Verne pelas minúcias que dão ao texto uma aparência de realidade? Segundo biografia escrita por J.J. Benítez, seria da passagem do futuro autor das *Viagens Extraordinárias* pelo jornalismo. Ao trabalhar, por algum tempo, escrevendo sobre ciência para a revista *Museu das Famílias*, Verne precisava passar muitas horas na Biblioteca Nacional, debruçado sobre

livros, revistas e outros documentos científicos e históricos, para descobrir como traduzir esses temas para seus leitores. Nesse momento, percebeu que “os relatos romanceados, em especial sobre temas técnicos ou científicos, não tinham que brigar com a verossimilhança” (BENÍTEZ, 1990, p. 132). Isso, com certeza, reflete-se na sua ficção, inclusive no romance aqui em pauta, redundando no caráter enciclopedista do escritor, que será analisado a seguir.

2 O ESCRITOR GEÓGRAFO (E O ENCICLOPEDISTA)

Para Michel Tournier, há escritores inspirados pela história e escritores inspirados pela geografia. Verne, ele analisa, encaixava-se na segunda categoria, aquela para quem o interesse está não tanto no mundo interior das personagens, mas no mundo que as cerca. Mais do que isso: o autor de *A Jangada* seria o *gênio da geografia*, o *maior escritor geógrafo*⁵ (TOURNIER, apud VERNE, 2005, p. 9) da literatura, capaz de tornar a paisagem viva na mente do leitor. Sua escrita, porém, não é limitada pela natureza, como Tournier salienta:

Mas o conflito entre um grupo humano e um meio desfavorável pode se resolver em benefício dos membros desse grupo pela construção de um “biótopo” artificial em total ruptura com o meio. Isso será por exemplo uma vila complexa compreendendo casas luxuosamente mobiliada e jardins verdejantes construídos sobre uma jangada que vai descer lentamente (um a dois quilômetros por hora) o curso do Amazonas por milhares de quilômetros. (TOURNIER, apud VERNE, 2005, p. 16-17 – tradução minha)⁶

E como se apresenta essa característica de escritor-geógrafo na sua aventura *brasileira*? Para começar, são recorrentes os nomes de localidades, ilhas e, claro, rios. Há um capítulo inteiro dedicado ao Amazonas, em que, a pretexto de a jovem Minha, seu irmão, Bento⁷, e seu noivo, Manuel, quererem saber mais sobre o rio pelo qual vão navegar, são abordados extensão, afluentes, direção das águas, comparações com outros rios mundo afora e dezenas de detalhes em relação àquela bacia hidrográfica.

O que começa com uma conversa dos rapazes, dizendo que o Amazonas é “o maior rio que há no mundo” (p. 41), prossegue com uma exposição do narrador, citando conhecidos viajantes e até fatos ainda não acontecidos à época da trama. No decorrer da

⁵ No original, “*le génie de la géographie*” e “*le plus grand écrivain géographe*”

⁶ “*Mais le conflit entre un groupe humain e un milieu défavorable peut se résoudre au bénéfice des membres de ce groupe par la construction ‘un « biotope » artificiel en totale rupture avec le milieu. Ce sera par exemple un village complexe comprenant maisons luxueusement meublées et jardins verdoyants construits sur un radeau (en espagnol « jangada ») qui va descendre lentement (un à deux kilomètres à l’heure) le cours de l’Amazone sur des milliers de kilomètres*” (em francês, no original)

⁷ Benito no original em francês, e em algumas edições em português

história, cada novo afluente vai sendo detalhado, numa espécie de aula mesclada à aventura. Aí entra o que chamamos de lado *enciclopedista* do autor.

Em geral, essas informações são passadas por meio de diálogos, como vemos nesse trecho do capítulo V, em que Bento e Manuel discutem sobre se a palavra *bacia* é apropriada para um rio tão vasto:

- Um rio cujo largo curso percorre mais de trinta graus em latitude! [...]
- E em toda a sua extensão, prosseguiu Manuel, como os mil tentáculos de um gigantesco polvo, duzentos afluentes, vindos do norte e do sul, [...] e ao pé dos quais os rios grandes da Europa não são mais do que simples regatos!
- E as quinhentas e sessenta ilhas, sem contar as ilhotas, que formam uma espécie de arquipélago e valem tanto como um reino! (VERNE, 1930, p. 41-42, com adaptações)

Não faltam, ainda, comparações com outros “grandes rios do globo”, dados sobre sua foz e seus numerosos canais e afluentes, entre várias outras informações relativas ao Amazonas. Isso reflete o que escreveu Andréa Borges Leão sobre a obra do autor:

Na organização das narrativas, as aventuras se desenrolavam em duas partes, que correspondiam a dois volumes de cada livro. Na primeira, o autor apresentava os frutos das pesquisas, os ingredientes do exótico e as informações didáticas: descrições das paisagens, comentários sobre história natural, comparações entre os costumes dos povos e informações sobre a história colonial de cada país. [...] Só na segunda parte começava a intriga propriamente dita, a ação dos personagens ia ganhando vida e os mistérios iam sendo decifrados, ainda que persistissem as taxonomias científicas. (LEÃO, 2012, p. 495)

Michel Riaudel é outro estudioso que destaca o saber quase enciclopédico inserido nos romances do autor francês:

Vê-se portanto que Júlio Verne se encontra no âmbito de uma ambição perseguida por muitos de seus contemporâneos: dar continuidade ao projeto enciclopédico das Luzes, acumular e difundir conhecimentos geográficos, botânicos, zoológicos, linguísticos, culturais... (RIAUDEL, 1992, p. 68.)

Ao mesmo tempo em que torna sua obra algo único, o enciclopedismo verniano fez com que surgissem, à época, rumores sobre a própria existência do escritor:

O máximo em matéria de especulação foi a versão de que Júlio Verne não existia, nunca existira, e que na verdade aquele enorme trabalho literário era fruto de um grupo de cientistas, historiadores, geógrafos e especialistas em mil e uma matérias que haviam se agrupado em uma sociedade comercial sob o nome de J. Verne. (BENÍTEZ, 1990, p. 19)

Em *A Jangada*, esses conhecimentos mostram-se, por exemplo, nas recorrentes descrições da flora e da fauna amazônicas. À exceção da *aula* sobre o Rio Amazonas, em geral as descrições aparecem mescladas à ação, como quando Torres tem uma caixa roubada por um guariba, e o narrador aproveita para falar das várias espécies de macacos amazônicos. Na sequência, o primata foge com a caixa e é perseguido pelo aventureiro; temos, então, uma das muitas descrições das árvores, como “um enorme fícus – árvores cujos variados espécimes são tão numerosos em toda a bacia do alto Amazonas” (p. 18).

Ainda sobre as árvores, Verne destaca a imensidão da floresta amazônica, em especial quando fala da construção da jangada. No capítulo Uma floresta inteira por terra, depois de citar os diferentes tipos de embarcações que trafegam pelo Amazonas (ubás, egariteias, jangadas, vigilingas e cobertas), diz que Garral todo ano derrubava centenas de árvores e “formava uma imensa carga de madeira flutuante que se dirigia ao Pará guiada por hábeis pilotos, práticos nos baixios do rio e na direção das correntes” (p. 51). E é algo semelhante que o fazendeiro resolve fazer para levar a família ao Brasil para o casamento da filha – e, ao mesmo tempo, transportar uma carga para venda: “deitar a terra meia milha quadrada de floresta [...] e formar um enorme veículo – uma espécie de jangada com as dimensões de uma ilha” (p. 51-52).

Não é, como o texto deixa claro, uma embarcação qualquer, mas algo seguro, confortável e enorme: “Seria em verdade como que uma parte da fazenda de Iquitos que se separasse da margem e descesse o Amazonas com tudo o que constitui uma família de fazendeiros, amos e serviçais, nas suas habitações” (p. 51). Após relatar que uma centena de empregados trabalhariam por duas semanas para derrubar as árvores, é dito que alguém pouco habituado à cena talvez pudesse chorar por ver cortados “gigantes, que contavam muitos séculos de existência” (p. 52), mas que há tanta mata a perder de vista que o dano, na verdade, não seria tão significativo.

Aqui vale fazer uma pausa para observar o uso, por Verne, de palavras *brasileiras* no seu texto. Conquanto na leitura da obra em português soem naturais expressões como “jangada” e “capitães do mato”, é curioso que o autor as tenha utilizado tal e qual na obra original em francês. Percebe-se isso, claro, já no título *La Jangada*, sendo que o termo *jangada* é constante em quase todo o texto (aparece 197 vezes, enquanto o equivalente francês *radeau* é usado 27 vezes). Já *capitães do mato* (sem til) é encontrado cinco vezes no texto em francês, ante 24 usos de *capitaine des bois*. Algo semelhante ocorre na edição em inglês, em que o português *jangada* e o inglês *raft* são usados indistintamente no decorrer do texto (mais precisamente, *jangada* aparece 132 vezes, e *raft*, 128 vezes). E, como no francês, também em inglês *capitães do mato* faz algumas (três) aparições, convivendo com *captain of the woods*. A palavra *padre* também surge algumas vezes nas edições em francês e em inglês, em vez de seus equivalentes *père* e *father*, e até mesmo um *enchada* (com ch). O

recurso, possivelmente, visa proporcionar ao leitor uma maior imersão na realidade das personagens por meio de pitadas do idioma que estes falam.

Voltando à questão do escritor-geógrafo e ao conhecimento enciclopédico, as missões jesuíticas do Norte do Brasil são referidas quase meia centena de vezes, falando das cidades e vilas fundadas por missionários. Uma que merece um pouco mais de atenção do autor é Tabatinga, primeira cidade brasileira em que os aventureiros aportam e onde Torres embarca na jangada. Fala-se de sua população (quatrocentos habitantes, segundo o texto), do posto militar e de que o lugar deverá desenvolver-se, pois é onde ocorrem as baldeações de carga e passageiros dos navios a vapor que transitam pelo Amazonas.

A pobreza e simplicidade dos vilarejos menores é igualmente observada, mais de uma vez, em contraste com as duas capitais visitadas, Manaus e, principalmente, Belém. Enquanto Manaus é descrita ainda como cidade de médio porte (embora a jovem Minha, sua mãe, Yaquita, e a dama de companhia Lina achem-na exuberante), com três ruas principais – “rua de Deus Padre, rua de Deus Filho e rua de Deus Espírito Santo” (p. 6 da parte II⁸) –, a capital paraense aparece como uma cidade maior, merecendo uma descrição mais acurada:

Finalmente apareceu à esquerda Santa Maria de Belém do Pará, a “cidade”, como lhe chamam, com as suas pitorescas filas de casas brancas de muitos andares, os seus conventos circundados de palmeiras, as torres da sua catedral e de Nuestra Señora de la Merced⁹, a sua flotilha de escunas, brigues-barcas, que a põem em relações comerciais com o velho mundo. (VERNE, 1930, p. 151 da parte II)

Verne não se contenta apenas com a descrição da paisagem, ele quer que seu leitor seja capaz de localizar com exatidão o cenário da história. Um dos trechos em que isso está mais patente é a primeira frase da segunda parte do livro, na qual insere as coordenadas da capital amazonense:

A cidade de Manaus está exatamente no 3° 8' 4" de latitude austral e 67° 27' de longitude a oeste do meridiano de Paris. Separam-na de Belém quatrocentas e vinte léguas quilométricas, e da foz do Rio Negro somente dez quilômetros. Manaus não está mesmo à beira do rio das Amazonas. É na margem esquerda do Rio Negro, o mais importante, o mais notável dos tributários da grande artéria brasileira, que aparece esta capital da província. (VERNE, 1930, p. 3 da parte II).

Outra localidade brasileira que aparece com força na segunda metade do livro é

⁸ Como na edição analisada a numeração reinicia na segunda parte, optei por explicitar quando se trata da parte II; onde não houver essa observação, trata-se da parte I do livro.

⁹ Em espanhol em todas as edições consultadas.

Tijuco, na atual Minas Gerais. Embora não faça parte do trajeto percorrido pela jangada nem do ambiente amazônico, é o local onde ocorreu o grande roubo de diamantes do qual o protagonista Garral é acusado. Trata-se do antigo Arraial do Tijuco, hoje Diamantina, que é descrita corretamente como a *capital do distrito diamantino*. O curioso é que em 1852, ano em que se passa o romance, Tijuco já havia tido seu nome alterado para Diamantina – a mudança ocorreu em 1831, e o livro foi escrito em 1881. Uma explicação provável é que Verne tenha se valido das descrições de Saint-Hilaire, feitas no início daquele século, antes da troca de nomes.

3 UM OLHAR SOBRE O HUMANO E A CULTURA

Verne podia ser um escritor mais focado na geografia, mas também se interessava pela questão humana. Ou, como define Cássio Remus de Paula em artigo sobre o autor, “o ‘pai da ficção científica’ [...] estava atento às demais concepções de mundo formadas por intelectuais sociais e antropólogos” (PAULA, 2016, p. 38). Assim, *A Jangada* traz várias menções à situação dos indígenas e dos negros no Brasil.

Os primeiros aparecem de quatro formas distintas: como empregados na fazenda dos Garral, e destes apenas se fala que recebiam salário, trabalhavam com empenho e eram devotados aos patrões; como as diversas tribos avistadas às margens do rio (Ticunas, Marahuas, Juruas e outros), cujas características vão sendo descritas; como os selvagens com flechas pelos quais a jangada passa, e que podem ou não ser canibais; e como moradores de vilarejos pelo caminho, adaptando-se aos costumes dos brancos e perdendo aos poucos sua identidade.

Vale destacar o trecho sobre o suposto grupo canibal:

Alguns índios vagueavam na foz deste curso de água. Tinham corpo robusto, elevada estatura, cabelo flutuante, o nariz trespassado de uma varinha de palmeira, o lóbulo da orelha alongado até ao ombro pelo peso de pesadas argolas de madeira preciosa. Acompanhavam-os algumas mulheres. Nenhum deles manifestou intenção de ir a bordo. *Diz alguém que estes indígenas podem muito bem ser que sejam antropófagos; mas isto diz-se de tantas tribos marginais do rio que, se o fato fosse verdadeiro, haveria desses hábitos de canibalismo testemunhos que não aparecem.* (VERNE, 1930, p. 94-95 - itálico meu)

Sobre a questão da adaptação aos costumes dos brancos, e mesmo do desaparecimento de certas tribos, Verne entra no assunto quando navegam pelo Rio Negro, dizendo que às margens do rio moram alguns poucos mestiços nômades, filhos de portugueses e de nativos, numa “região onde chegou a haver vinte e quatro nações diferentes” (p. 48). No entanto, ele logo contemporiza essa crítica velada, acrescentando

que “É a lei do progresso. Os índios não de desaparecer” (p. 48), e lembra outras colonizações que exterminaram povos nativos.

Quanto aos negros, além das críticas diretas sobre a demora em libertar os escravos que aparecem no primeiro capítulo, citadas anteriormente, ele volta ao assunto quando fala dos trabalhadores na fazenda de João Garral. Estes incluíam uma centena de indígenas e o dobro de negros, diz, e destaca que estes últimos ainda não eram livres, mas seus filhos, sim¹⁰. Aqui, porém, o autor ameniza o tom, dizendo que no Brasil os escravos eram bem tratados:

Quanto aos serviçais, havia-os de duas espécies, a saber: uns cem índios, pouco mais ou menos, assalariados para o amanho da fazenda, e duzentos pretos que ainda não eram livres, mas cujos filhos não nasciam já escravos. João Garral precedera neste caminho o governo brasileiro. Demais, *naquele país os pretos vindos de Benguela ou do Congo foram em todo o tempo tratados com mais amenidade do que em outros*. Escusamos de dizer que na fazenda de Iquitos nunca houve desses tristes exemplos de crueldade, que são tão frequentes nas plantações estrangeiras. (VERNE, 1930, p. 32 - itálico meu)¹¹

Apesar dessa visão romantizada, Verne inclui uma informação que mostra que essa *amenidade* da escravidão brasileira não era total. Quando se descobre que Garral, cujo sobrenome verdadeiro é Da Costa¹², havia fugido do país por ter sido condenado à morte num caso envolvendo assassinato e roubo de diamantes, o narrador afirma que a personagem não pode esperar a clemência imperial por ser esse um caso bem particular: “A pena de morte, no Brasil, o mais das vezes é comutada, exceto quando se trata de aplicar aos pretos; mas desta vez ia ela ferir um branco” (p. 131 da parte II). Realmente, segundo informações do site do Senado Federal, homens livres (brancos) condenados à morte por serem culpados de homicídio conseguiam modificar a sentença, com penas alternativas, mas isso raramente ocorria quando se tratava de um escravo (em especial quando a vítima era seu senhor). Desde 1854, porém, Dom Pedro II passou a aceitar pedidos de clemência também de escravos, e ninguém mais foi enforcado no Brasil desde 1876 – ou seja, desde antes da publicação do romance do escritor francês, mas duas décadas e meia após o período em que se passa a história. Lembremos, ainda, que o crime de que Da Costa era acusado havia ocorrido décadas antes, o que justificaria ele ter sido

¹⁰ Chama a atenção essa menção ao fato de os filhos dos escravizados nascerem livres, pois embora a Lei do Ventre Livre no Brasil date de 1871, portanto uma década antes da publicação da obra, a trama se passa em 1852, antes da lei. Talvez seja uma forma do autor mostrar, em Garral, uma personagem à frente de seu tempo, ou talvez tenha sido apenas um engano.

¹¹ O fato de a edição analisada datar de 1930 faz com que a sintaxe, por vezes, soe estranha, como em “havia-os de duas espécies” e “não nasciam já escravos”; embora se tenha atualizado algumas grafias, optou-se por não mexer na sintaxe.

¹² No original em francês, e em algumas edições em português, o sobrenome é grafado “Dacosta”, assim como o nome “João” aparece em algumas versões como “Joam”.

condenado à pena capital.

Da mesma forma, apesar de a velha ama negra Cybele (que pouco aparece) e a jovem dama de companhia Lina (que acaba por ganhar bastante espaço na trama) serem retratadas como quase pertencendo à família – inclusive com a realização de um jantar festivo para celebrar o noivado de Lina e Fragoso –, o preconceito reinante à época ganha algumas pinceladas. No primeiro capítulo do livro, por exemplo, o autor faz questão de afirmar que “é um direito, o primeiro dos direitos naturais para o homem, ser livre, senhor seu” (p. 4), porém lembra que aquela era uma “época em que a lei brasileira excluía ainda de certos empregos os mulatos e outros homens de cor” (p. 5).

Um pouco depois, no segundo capítulo, enquanto persegue o macaco que roubou sua preciosa caixa, o capitão do mato Torres usa palavras de conotação racial com a intenção de xingá-lo:

No seu furor, na sua loucura, chegou Torres a invectivar de palavras o guariba. Enumerar a série de injúrias com que o mimoseou seria impossível! Acreditarão os leitores que não só lhe chamou mestiço, o que já é grave ofensa na boca de um brasileiro de raça branca, mas até *curiboca*, isto é, filho de preto e de índio! Ora, entre todos os insultos que um homem pode dirigir a outros, não há nenhum certamente mais ofensivo naquela latitude equatorial. (VERNE, 1930, p. 18-19)

Além de deixar patente a questão do racismo, essa passagem volta a comprovar que, mesmo nas ocorrências passadas no Peru, como no caso do macaco, a referência é sempre o Brasil.

Passando do viés antropológico ao cultural, temos na trama a presença de lendas da região amazônica, apresentadas pela voz das personagens mais jovens. Durante a viagem de jangada, Minha, Manuel, Bento e Lina conversam sobre o assunto, e abordam, entre outras, a de um *minhocão* gigantesco que seria responsável pelo aumento ou diminuição das águas do Amazonas. A *Mãe d'Água* que enfeitiça os homens também é citada, bem como um misterioso tronco que andaria para lá e para cá no Rio Negro, nas proximidades de Manaus. A suposta tribo das Amazonas, mulheres guerreiras descritas pelo explorador Orellana quando este desceu os rios da região, é outra lenda lembrada – embora com a ressalva, feita pela boca da personagem Manuel, de que elas provavelmente não formam uma tribo à parte, e sim “são simplesmente esposas que acompanham seus maridos ao combate e que, entre os Juruas, têm grande reputação de valentia” (p. 143).

Saindo da cultura popular e indo para a cultura letrada, chama a atenção a misteriosa carta criptografada que abre o romance e dá a chave da inocência de Garral/Da Costa. O detalhe, aqui, é que tal carta aparece escrita em língua francesa, inclusive na tradução do livro para o português (uma curiosa contraposição, aliás, àquelas palavras

em português que aparecem nas edições em francês e inglês). Embora soe estranho que um capitão do mato com pouca instrução falasse e escrevesse nesse idioma, o autor logo dá um jeito de explicar a possível discrepância, dizendo que a mãe daquela personagem era francesa.

4 CONCLUSÃO

O que levou Verne a escrever sobre o Brasil? Além de uma questão de exotismo – como lembra Andréa Leão (2012, p. 500), por muito tempo “a exploração de um mundo povoado de nativos, frutas silvestres e animais selvagens” era um dos temas preferidos dos leitores europeus –, podemos aventar que talvez tenha sido o desejo do próprio escritor de conhecer lugares assim. Afinal, desde a infância ele sonhava em viajar: conforme descrito em suas biografias escritas por Benítez e por George Waltz Jr., aos onze anos Verne até mesmo tentou fugir num barco. Já adulto, teve seu próprio barco, o Saint-Michel, com o qual navegava pelo Mediterrâneo. Visitou os Estados Unidos em 1867, mas, atingido por um tiro na perna não muito tempo depois, não voltou a fazer grandes viagens intercontinentais.

Outro fator que pode ter contribuído para a criação da esplêndida viagem de jangada pelo Amazonas é um encontro que teve, em fins da década de 1870, com a princesa Isabel e outros membros da família real brasileira. Não encontrei registros sobre se Dom Pedro II estava ou não presente nesse encontro, mas a própria menção ao “imperador artista”, em *A Jangada*, demonstra a admiração que o escritor francês tinha pelo mandatário do Brasil.

Conjecturas à parte, o certo é que a viagem de jangada que empreendemos pelo Rio Amazonas, guiados pela pena de Verne, é realmente extraordinária. Embora menos conhecido que algumas das outras 62 viagens literárias vernianas – que levam o leitor do centro da terra até a lua, das profundezas do mar em um submarino aos céus em um balão –, o livro é repleto de aventura, e as informações inseridas na trama não ficam cansativas. Descontando-se os poucos equívocos apontados, que não chegam a comprometer a obra e são naturais em um tempo em que as informações não estavam tão acessíveis quanto hoje, temos um belo retrato oitocentista do norte do Brasil.

Um retrato feito com palavras, e pintado por um mestre que estava a muito mais de 800 léguas de distância.

REFERÊNCIAS

BENÍTEZ, J. J. **Eu, Júlio Verne**. São Paulo: Mercuryo, 1990.

CONDAMINE, Ch-M. de La. **Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Pan-Americana, 1944.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **História - Diamantina (MG)**. Brasília. [Sem data]. Site do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1489/>>. Acesso em: 23/06/2021.

LEÃO, A. B. Vamos ao Brasil com Jules Verne? Processos editoriais e civilização nas Voyages Extraordinaires. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 494-517, set-dez 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5680/5168>>. Acesso em: 25/06/2021.

PAULA, C. R. Uma alternativa ao sujeito brasileiro do século XIX: representações de 'A Jangada' de Júlio Verne. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 50, n. 1, p. 26-39, jan-jun 2016.

RIAUDEL, M. O rio palimpsesto: o Amazonas de Júlio Verne, das fontes à ficção. **Revista da USP**, São Paulo, n. 13, p. 66-74, 1992. Disponível em: <www.usp.br/revistausp/article/view/25599/27341>. Acesso em: 24/06/2021.

SENADO FEDERAL. **Há 140 anos, a última pena de morte do Brasil**. Brasília, 04 abr. 2016. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/04/ha-140-anos-a-ultima-pena-de-morte-do-brasil>. Acesso em: 24/06/2021.

SIEGFRIED, A. Prefácio da edição brasileira. In: WALTZ JR, G. H. **Vida de Júlio Verne**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

TOURNIER, M.. Jules Verne ou le génie de la géographie. In: VERNE, J. **La Jangada: Huit cents lieues sur l' Amazone**. Monaco: Du Rocher, 2005.

VERNE, J. **Eight hundred leagues on the Amazon**. [Ebook] Project Gutenberg, 2016.

VERNE, J. **La Jangada: Huit cents lieues sur l' Amazone**. Monaco: Du Rocher, 2005.

VERNE, J. **A Jangada**. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand/Paulo de Azevedo, 1930.

WALTZ JR, G. H. **Vida de Júlio Verne**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

Título em inglês:

A RAFT THE SIZE OF BRAZIL: ANALYSIS OF A JULES VERNE'S CLASSIC